



PROPOSTA DE UM MODELO À FORMATAÇÃO DOS CURRÍCULOS ESCOLARES: POLÍTICAS PÚBLICAS DELIBERATIVAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL*

PROPOSAL OF A MODEL FOR THE FORMATTING OF SCHOOL CURRICULA: DELIBERATIVE PUBLIC POLICIES OF SOCIAL PARTICIPATION*

Carla Luana da Silva¹

Palavras-chave: Deliberação; Educação; Gestão Pública compartilhada; Participação Política.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O projeto que se busca desenvolver quer realizar a construção de uma Política Pública educacional de Estado pensada à lapidação de condições intelectuais e morais à deliberação dos atores na esfera pública, dessa forma, toma como tema o direito de Participação Política com enfoque deliberativo, propondo um modelo de reconstrução democrática nas bases da Educação, a partir dos currículos escolares.

A Participação Política deliberativa será observada tendo como foco à Administração Pública, tentando contribuir para resolução de inúmeros problemas que acompanha sua complexa estrutura, principalmente no que tange à formulação e implementação de Políticas Públicas. Dessa forma, a base estrutural é a ideia de uma Gestão Pública compartilhada, possibilitada em face da abertura à cidadania dada pela Constituição Federal de 1988, no Estado Democrático de Direito (LEAL, 2006). O Estado Democrático funda-se no princípio da soberania popular, impondo a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, e conseqüentemente, promovendo a garantia geral dos Direitos Fundamentais da pessoa humana (BONAVIDES, 2002).

* Resumo a ser desenvolvido como base para tese de Doutorado, sob a orientação do professor Pós- Doutor Rogério Gesta Leal.

¹ Doutoranda e Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), (Brasil). Especialista em Direito Administrativo e Constitucional pela Escola Paulista de Direito (EPD). Advogada. Integrante do Grupo de Pesquisa “Controle interno da Administração Pública no enfrentamento da corrupção “Controle Social e Políticas Públicas”, coordenado pela Prof. Dr. Caroline Muller Bitencourt e Dr. Janriê Rodrigues Reck, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da UNISC. E-mail: carlaluanaeschulz@hotmail.com.



No que tange à Educação, Direito Fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade, o modelo de reconstrução democrática a ser proposto tomará como base a reforma curricular no âmbito da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), pós-Base Nacional Comum Curricular, considerando o dever imposto constitucionalmente sobre o preparo ao exercício da Cidadania.

Notadamente pode-se apontar uma apatia social em fiscalizar ou participar de assuntos envolvendo a coisa pública. Considerando que a maior parte da cidadania brasileira participa da vida política apenas nos espaços estritos de sufrágio em períodos eleitorais, quer se pensar num efetivo exercício dos direitos de Participação Política com enfoque deliberativo além desses limites. Projeta-se trazer o compromisso com a esfera pública de volta à sociedade, formando, conseqüentemente, cidadãos em condições de igualdade e racionalmente capazes de exercer uma atuação ativa na Gestão Pública. Tendo em vista as contribuições advindas da Democracia Deliberativa de matriz habermasiana, o **PROBLEMA** que orienta essa pesquisa pode ser descrito da seguinte forma: *É possível constituir, enquanto política pública de estado, e não somente de governo, um modelo democrático deliberativo de constituição de projetos político-pedagógicos dos currículos escolares da Educação Básica?*

Utiliza-se como **HIPÓTESE** a possibilidade de construção de um modelo democrático deliberativo de constituição de projetos político-pedagógicos dos currículos escolares da Educação Básica, demonstrando as suas vantagens sobre ser/respeitar procedimentos deliberativos democráticos. Projeta-se para tanto, uma série de premissas necessárias nessa construção, tendo como medida prática de ponto de partida a reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse será o primeiro passo para projetar uma efetiva atuação do cidadão na Gestão Pública, possibilitando-o conhecer e debater racionalmente os assuntos de interesse coletivo com padrões mínimos de igualdade e entendimento, e recuperando sua noção de cidadania.

O **OBJETIVO GERAL** desta pesquisa centra-se em verificar as condições e possibilidades de constituição, enquanto Política Pública de Estado, de um modelo democrático deliberativo de constituição de projetos político-pedagógicos dos



currículos escolares da Educação Básica. O **MÉTODO** de abordagem a ser utilizado no desenvolvimento do presente trabalho será o método Dedutivo.

2 ANÁLISE PARCIAL DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Nas bases da educação é onde se encontra o cidadão em formação. Desta forma, seria um ponto de alavancagem forte o Estado reformular a Base Nacional Comum Curricular, implementando a obrigatoriedade da inclusão da participação política deliberativa, bem como, os assuntos necessários para sua compressão, nos currículos escolares. Desse modo, junto com essa medida prática, algumas premissas são essenciais no desenvolvimento desse projeto:

1. **REFORMULAÇÃO DA BNCC POR UM PROCESSO LEGISLATIVO:** aos poucos está havendo a implantação da Base Nacional Comum Curricular pelo grupo gestor nos currículos escolares, mas como avaliado, esta abrange apenas noções básicas em torno da cidadania. Para esse projeto não basta que sejam feitas essas indicações apenas, é preciso uma reformulação da BNCC de modo a inserir os assuntos envolvendo à participação política deliberativa, como uma área autônoma e específica nesses currículos. Para isso, é necessário um comando legislativo nesse sentido;

2. **DELIMITAÇÃO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES:** a implantação desse projeto reclama a sua implementação nos currículos escolares, onde o gestor, seguindo a delimitação da área específica, criará diferentes formas de fomentar o conhecimento em torno da participação política deliberativa. É imprescindível a criação de uma área específica e autônoma, que seja desenvolvida no ensino básico;

3. **PREPARAÇÃO DO GRUPO DE DOCENTES:** não há como pensar na implantação desse projeto sem ter uma formação continuada da equipe gestora, dos docentes e profissionais envolvidos no âmbito pedagógico. Nesse sentido, deve-se considerar que há uma falta de cultura à participação política, e essa falta de cultura atinge também aqueles profissionais responsáveis pela educação, dessa forma, fóruns de formação sobre assuntos envolvendo a cidadania devem ser realizados permanentemente;

4. **REFORMULAÇÃO DAS EMENTAS UNIVERSITÁRIAS:** fundamental que o docente já venha com uma preparação anterior dos assuntos que envolvem o fomento à participação política deliberativa, dos meios e mecanismos importantes na

